

Bradseg Promotora de Vendas S.A.

Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2022

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis	5
Balancos patrimoniais	10
Demonstrações de resultados	11
Demonstrações de resultados abrangentes	11
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	12
Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto	13
Notas explicativas às demonstrações contábeis	14
Diretoria	28

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis da Bradseg Promotora de Vendas S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, conforme o padrão contábil adotado no Brasil homologado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, que incluem as Notas Explicativas e o Relatório dos Auditores Independentes.

Desempenho das Operações

A Bradseg Promotora de Vendas S.A., doravante chamada Companhia, tem sede no Núcleo Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco – SP. A Companhia tem por objetivo: promoção; assistência mercadológica; fomento; assessoria e consultoria de negócios no mercado securitário, de capitalização e previdência; participação em outras Companhias como cotista ou acionista; e prestação de serviços de correspondente no País.

O resultado acumulado do exercício de 2022 foi de R\$ 38 milhões (R\$ 28 milhões em 2021) e o patrimônio líquido somou R\$ 56 milhões em dezembro de 2022 (R\$ 86 milhões em dezembro de 2021).

Investimentos

As aplicações financeiras e os investimentos alcançaram, ao final do exercício, o montante de R\$ 56 milhões (R\$ 99 milhões em 2021).

Os Ativos Financeiros estão classificados nas categorias “Valor Justo por meio do Resultado” e “Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)”, conforme normas contábeis em vigor.

Política de Reinvestimento de Lucros e Política de Distribuição de Dividendos

O lucro líquido, após as deduções legais e distribuições previstas no Estatuto Social, terá a destinação proposta pela Diretoria e deliberada pela Assembleia Geral, podendo ser designado 100% à Reserva de Lucros – Estatutária, visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Companhia, até atingir o limite de 95% do valor do Capital Social integralizado.

O Estatuto prevê, ainda, o pagamento aos acionistas da Bradseg Promotora de Vendas do mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, a título de dividendos, respeitadas as deduções e distribuições previstas.

Eventos Societários

Em 29 de abril de 2022, ocorreu um aumento de capital social no montante de R\$ 110 mil.

Maiores detalhes constam na Nota Explicativa nº 9b às Demonstrações Contábeis.

Gestão de Riscos

A Bradseg Promotora de Vendas adota as melhores práticas de Gestão de Riscos, atuando de forma independente, no que tange a regulamentos, normas e políticas internas, tendo como principal objetivo assegurar que os riscos a que a Companhia está exposta sejam devidamente identificados, analisados, mensurados, tratados e monitorados.

Controles Internos

A área de Controles Internos tem como principal objetivo apoiar todas as áreas internas, sejam de suporte ao negócio ou operacionais, na construção e manutenção de um ambiente corporativo mais seguro e sustentável. Suas atividades estão aderentes às normas locais, seguem as diretrizes da política da Organização Bradesco sobre o tema e os principais *frameworks* internacionais de controles, tais como o *COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission)* e o *COBIT (Control Objectives for Information and Related Technology)*. Os testes de aderência são realizados periodicamente, assegurando a eficiência dos controles e o atendimento às regulamentações e normativos internos do Grupo Bradesco Seguros. Os resultados são reportados à Alta Administração do Grupo Bradesco Seguros, aos Comitês de Auditoria e Gestão de Riscos, Controle Atuarial e Conformidade da Bradseg Participações.

Compliance

A estrutura de *Compliance* visa a aderência às legislações e regulamentações aplicáveis ao negócio, produtos e serviços. Dentre suas responsabilidades estão: a identificação e avaliação dos riscos regulatórios; o monitoramento e suporte contínuo as atividades destinadas a garantia da conformidade; e o apoio ao acultramento e conscientização dos temas de *compliance*. As tomadas de decisão e o resguardo aos padrões de conduta e as responsabilidades corporativas são atendidas conforme as governanças estabelecidas.

Prevenção a Fraude

A Bradseg Promotora de Vendas mantém o compromisso contínuo de prevenir e combater as fraudes, disponibilizando canais de denúncia a todos os públicos de interesse, para receber relatos de indícios de práticas ilícitas ou irregulares, resguardando total sigilo.

Governança de Dados e Segurança da Informação

Considerando os requerimentos definidos pelos Órgãos Reguladores, a exigência de implementação da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e o incremento na velocidade de transformação digital que estamos vivenciando, a Bradseg Promotora de Vendas reafirma o compromisso com a disponibilidade, integridade, segurança, confidencialidade e privacidade das informações organizacionais e de seus clientes, com ênfase especial à privacidade, segurança da informação e governança de dados (pessoais e sensíveis), dentro e fora da Organização. Sendo assim, a Bradseg Promotora de Vendas tem acompanhado de forma bastante presente as demandas dos reguladores e as necessidades dos clientes, apoiando-se nas boas práticas de mercado para melhoria da qualidade, transparência e proteção aos dados por meio de processos consistentes e confiáveis, que endereçam os requerimentos legais durante todo o ciclo de tratamento, consumo e expurgo de dados e, com isso, permitem um foco especial à governança de dados e segurança da informação.

Barueri, 30 de março de 2023

Diretoria



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 12º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À
Administração e Acionistas da
Bradseg Promotora de Vendas S.A.
Osasco - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Bradseg Promotora de Vendas S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Bradseg Promotora de Vendas S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos – Valores correspondentes não auditados

Chamamos a atenção para o fato de que não examinamos o balanço patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2021, nem as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, ou de quaisquer notas explicativas relacionadas e, conseqüentemente, não expressamos uma opinião sobre eles.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:


- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações contábeis como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações contábeis. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações contábeis: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações contábeis com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações contábeis são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações contábeis.
- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.

- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações contábeis como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações contábeis como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações contábeis como um todo.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de março de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027685/O-0 'F' SP


Carlos Massao Takauthi
Contador CRC 1SP206103/O-4

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

ATIVO	Notas	2021	
		2022	não auditado
CIRCULANTE		42.517	104.373
Disponível		174	62
Caixa e bancos.....		174	62
Aplicações	4	27.980	99.050
Títulos e créditos a receber		14.363	5.261
Títulos e créditos a receber.....	5	12.051	4.489
Créditos tributários e previdenciários.....	6.a	2.312	772
NÃO CIRCULANTE		29.202	656
Realizável a longo prazo		29.202	656
Aplicações	4	28.148	-
Títulos e créditos a receber		1.054	656
Créditos tributários e previdenciários.....	6.a	815	656
Depósitos judiciais e fiscais.....		239	-
TOTAL DO ATIVO		71.719	105.029

PASSIVO	Notas	2021	
		2022	não auditado
CIRCULANTE		14.985	18.574
Contas a pagar		14.980	18.553
Obrigações a pagar.....	7	25	7.540
Impostos e encargos sociais a recolher.....		156	190
Impostos e contribuições.....	8	14.799	10.823
Débitos de operações		5	21
Corretores.....		5	21
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	9	56.734	86.455
Capital social.....		33.110	33.000
Ajustes com títulos e valores mobiliários.....		21	-
Reservas de lucros.....		23.603	53.455
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		71.719	105.029

As notas explicativas são parte integrante da demonstração contábil.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO – EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais)

	Notas	2022	2021 não auditado
Receita de prestação de serviços.....	11.a	51.874	45.984
Custos operacionais - comissões.....	11.b	(3)	(1.942)
Resultado Bruto		51.871	44.042
Outras receitas e despesas operacionais		(187)	79
Despesas administrativas.....	11.c	(170)	(154)
Despesas tributárias.....	11.d	(6.438)	(5.474)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		45.076	38.493
- Receitas financeiras.....		12.836	3.859
- Despesas financeiras.....		(17)	(4)
Resultado financeiro.....	11.e	12.819	3.855
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS.....		57.895	42.348
Imposto de renda.....	11.f	(14.423)	(10.491)
Contribuição social.....	11.f	(5.214)	(3.820)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO.....		38.258	28.037
Quantidade de ações.....		572.061	572.061
Lucro líquido por ação -R\$		66,88	49,01

As notas explicativas são parte integrante da demonstração contábil.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais)

	2022	2021 não auditado
Lucro líquido do exercício.....	38.258	28.037
itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado		
Resultados não realizados de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	32	-
Efeito dos impostos	(11)	-
Total do resultado abrangente do exercício	38.279	28.037

As notas explicativas são parte integrante da demonstração contábil.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de reais)

	<u>Reservas de lucros</u>			<u>Ajuste de avaliação patrimonial</u>	<u>Lucros acumulados</u>	<u>Total</u>
	<u>Capital Social</u>	<u>Reserva legal</u>	<u>Reserva estatutária</u>			
Saldos em 01 de janeiro de 2021(não auditado).....	26.500	4.235	34.341	-	-	65.076
Aumento de capital conforme AGE de 26.04.2021	6.500	-	(6.500)	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	28.037	28.037
Proposta para destinação do lucro líquido.....	-	1.402	19.977	-	(21.379)	-
Dividendos propostos.....	-	-	-	-	(6.658)	(6.658)
Saldos em 31 de dezembro de 2021 (não auditado).....	33.000	5.637	47.818	-	-	86.455
Aumento de capital conforme AGE de 29.04.2022	110	-	(110)	-	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	21	-	21
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	38.258	38.258
Dividendos pagos conforme ata de reunião de diretoria de 31.03.2022 e 28.12.2022 (R\$118,87 por ação)	-	-	(41.000)	-	(27.000)	(68.000)
Proposta para destinação do lucro líquido.....	-	985	10.273	-	(11.258)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022.....	33.110	6.622	16.981	21	-	56.734

As notas explicativas são parte integrante da demonstração contábil.

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA MODELO INDIRETO DO EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021**
(Em milhares de reais)

	2022	2021 não auditado
Resultado antes dos impostos e participações.....	57.895	42.348
Ajustes para:		
Constituição de perdas por redução ao valor recuperável dos ativos.....	500	(8)
Lucro ajustado do exercício.....	58.395	42.340
Variações nas contas patrimoniais aumento/(redução):		
Aplicações - Títulos a valor justo por meio do resultado.....	71.070	(24.967)
Títulos e créditos a receber.....	(10.000)	(4.102)
Contas a pagar.....	(1.727)	(691)
Débitos de operações.....	(16)	3
Caixa gerado/(consumido) pelas operações.....	59.327	(29.757)
Imposto de renda sobre o lucro pago.....	(9.843)	(6.120)
Contribuição social sobre o lucro pago.....	(4.993)	(2.520)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais.....	102.886	3.943
Atividades de Investimento		
Aquisição de títulos mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	(80.000)	-
Alienação/vencimentos e juros de títulos mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	51.884	-
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento.....	(28.116)	-
Atividades de Financiamento		
Dividendos pagos.....	(74.658)	(3.887)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento.....	(74.658)	(3.887)
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa.....	112	56
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício.....	62	6
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício.....	174	62
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa.....	112	56

As notas explicativas são parte integrante da demonstração contábil.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

(Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

A Bradseg Promotora de Vendas S.A. é uma Companhia por ações de capital fechado regida por Estatuto Social e disposições legais que lhes forem aplicadas e pode, para consecução de seus fins e por critério da diretoria, instalar ou suprir sucursais, filiais, escritórios e dependências de qualquer natureza no País e no Exterior. Constituída com objeto exclusivo da Companhia a promoção, assistência mercadológica, fomento, assessoria e consultoria de negócios no mercado securitário, de capitalização e previdência, participação em outras Companhias como cotista ou acionista e prestação de serviços de correspondente no país. O endereço registrado da sede da Companhia é na Cidade de Deus, 4º andar, Villa Yara, SP.

A Companhia é controlada direta da Bradesco SegPrev Investimentos Ltda. e, em última instância do Banco Bradesco.

Essas demonstrações contábeis da Bradseg Promotora de Vendas foram aprovadas pela Administração em 30 de março de 2023.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas no período apresentado nas demonstrações contábeis.

a. Declaração de conformidade e base de preparação

As presentes demonstrações contábeis foram preparadas em conformidade com o padrão contábil adotado no Brasil homologado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações contábeis foram preparadas com base nesse princípio de continuidade.

b. Base para avaliação e moeda funcional

As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção para ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA).

A moeda funcional da Companhia é o Real.

c. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. A nota explicativa 4 – Aplicações inclui informações sobre julgamento referente a política contábil adotada.

d. Segregação entre circulante e não circulante

A Companhia efetua a revisão dos valores registrados no ativo e no passivo circulante, a cada data de elaboração das demonstrações contábeis, com o objetivo de apresentar no não circulante aqueles cuja expectativa de realização ultrapassem o prazo de 12 meses subsequentes à respectiva data-base. Ativos e/ou passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos são classificados no ativo ou passivo não circulante.

Os ativos e passivos sem vencimento definido tiveram seus valores registrados como circulante.

e. Aplicações e instrumentos financeiros

A Companhia efetua a avaliação de seus instrumentos financeiros em consonância aos Pronunciamentos Técnicos, CPC's 48 e 46, mensurando os ativos financeiros com base tanto no modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

A Companhia classifica os ativos financeiros em três categorias mensurados ao custo amortizado, mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR).

(i) Modelo de negócio

Configura a maneira pela qual a Companhia administra seu ativo financeiro para gerar fluxos de caixa. O objetivo da Administração para um determinado modelo de negócio, é: (i) manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais; (ii) manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais e venda; ou (iii) manter os ativos para negociação. Quando os ativos financeiros se enquadram nos modelos de negócios (i) e (ii) deve-se aplicar o teste SPPI (somente pagamento de principal e juros, do inglês *Solely Payment of Principal and Interest*). Os ativos financeiros mantidos sob o modelo de negócios (iii) são mensurados ao VJR.

(ii) Teste de Pagamento de Principal e Juros - SPPI

O objetivo deste teste é avaliar os termos contratuais dos instrumentos financeiros para determinar se dão origem a fluxos de caixa em datas específicas que se enquadram como somente pagamento de principal e juros sobre o montante principal. Neste sentido, o principal se refere ao valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial e juros se refere à contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo, ao risco de crédito associado ao valor do principal em aberto durante período específico e a outros riscos e custos básicos de empréstimos. Os instrumentos financeiros que não se enquadrarem no conceito mencionado acima são mensurados a VJR.

(iii) Disponível (Caixa e equivalente de caixa)

São representados por depósitos bancários sem vencimento e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data de contratação, e são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, assim como são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

(iv) Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado

Todos os ativos financeiros que não atendam aos critérios de mensuração ao custo amortizado ou ao VJORA, são classificados como mensurados ao VJR, além daqueles ativos que no reconhecimento inicial são irrevogavelmente designados ao VJR, caso isso elimine ou reduza significativamente descasamentos contábeis.

Os ativos financeiros mensurados a VJR são registrados e inicialmente avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações subsequentes do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos e avaliados pelo valor justo no balanço e, os custos de transação são registrados diretamente no resultado do exercício.

(v) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

São ativos financeiros que atendam ao critério do teste SPPI, cujo objetivo é o de manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais.

Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são ativos reconhecidos inicialmente a valor justo incluindo os custos diretos e incrementais, e contabilizados, subsequentemente, pelo custo amortizado, utilizando-se do método da taxa efetiva de juros.

a. Recebíveis

Os recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. Os recebíveis da Companhia compreendem os valores registrados nas rubricas “Títulos e créditos a receber” e “Outros créditos a receber” que são contabilizados pelo custo amortizado decrescidos de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

(vi) Ativos financeiros mensurados a valor justo por outros resultados abrangentes

São ativos financeiros que atendam ao critério do teste SPPI, cujo objetivo seja tanto manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais quanto para venda.

São reconhecidos inicialmente a valor justo, mais os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou a sua emissão e são mensurados, subsequentemente, a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos em Outros resultados abrangentes, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável e dos ganhos e perdas cambiais de conversão, até que o ativo financeiro deixe de ser reconhecido. As perdas de crédito esperadas são registradas na demonstração do resultado do exercício.

(vii) Determinação do valor justo

A determinação do valor justos das aplicações financeiras da Companhia é efetuada da seguinte forma:

Quotas em fundos de investimentos

O valor das aplicações em fundos de investimentos foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos.

Títulos Públicos

Os títulos públicos tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de taxas médias do mercado secundário divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA).

Título privados - Letras Financeiras

A metodologia de marcação a mercado para Letras Financeiras leva em consideração dois fatores: a) A taxa de juros livre de risco, que expressa a projeção do DI ou SELIC; e b) O spread de crédito do emissor. A taxa de juros utilizada tem como fonte primária a curva dos contatos futuros de DI divulgados pela Brasil Bolsa Balcão (B3). O spread de crédito é obtido por meio de metodologia específica descrita no manual interno de marcação a mercado, que considera os seguintes aspectos: i) classificação dos emissores em grupos, de acordo com a definição atribuída pelo Departamento de Crédito do Bradesco; ii) distribuição em classes de emissores, através da classificação realizada pela média das taxas de emissão de cada emissor; iii) utilização da última cotação, negociada em até 15 dias úteis da data de negociação/ marcação a mercado e iv) cálculo do spread por meio das taxas de emissão ponderadas por classe e pelo volume negociado.

(viii) Redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos financeiros

A Companhia avalia as perdas esperadas em bases prospectivas para instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, ao VJORA (com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais).

Os instrumentos financeiros têm a mensuração da perda de crédito esperada avaliamos o valor presente da diferença entre os fluxos de caixa contratuais e os fluxos de caixa que o Grupo espera reaver, descontados pela taxa efetiva de juros, o valor contábil do ativo é reduzido por meio de provisões e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado.

As perdas de crédito esperadas são mensuradas em uma das seguintes bases:

- Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro dos 12 meses após a data de relatório; e
- Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

A mensuração das perdas esperadas para a vida inteira é aplicada quando um ativo financeiro, na data de relatório, tiver aumento significativo de risco de crédito desde o seu reconhecimento inicial, e a mensuração de perda de crédito de 12 meses é aplicada quando o risco de crédito não tiver aumento significativo desde o seu reconhecimento inicial. O Grupo pode determinar que o risco de crédito de um ativo financeiro não aumentou significativamente quando o ativo tiver baixo risco de crédito na data do relatório.

Com relação aos Títulos Públicos, o Grupo desenvolveu internamente um estudo para avaliação do risco de crédito desses títulos, que demonstra que a perda esperada é igual a zero para os próximos 12 meses, isto é, não há necessidade de provisão para perdas de crédito.

A metodologia e as premissas utilizadas para estimar fluxos de caixa futuros são revisadas regularmente para reduzir quaisquer diferenças entre as estimativas de perda e a perda real.

Após o reconhecimento da perda de crédito esperada, a receita financeira é reconhecida utilizando a taxa de juros efetiva, que foi utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros, sobre o valor contábil bruto da provisão, exceto para ativos com problema de recuperação de crédito, nos quais, a taxa mencionada é aplicada ao valor contábil líquido de provisão.

A totalidade ou a parte de um ativo financeiro, é baixada contra a respectiva perda de crédito esperada quando não há expectativa razoável de recuperação. Esses créditos são baixados após a finalização de todos os procedimentos necessários de recuperação para a determinação do valor da perda. Recuperações subsequentes de valores previamente baixados são creditadas na demonstração do resultado do exercício.

f. Redução ao valor recuperável (*Impairment*) de ativos não financeiros

Os valores dos ativos não financeiros da Companhia, são revistos no mínimo anualmente para determinar se há alguma indicação de perda, que pode ser reconhecida no resultado do período se o valor contábil de um ativo exceder seu valor.

g. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R\$ 240, e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do período, calculado com base nas alíquotas vigentes na data de balanço e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de recolhimento (impostos correntes). Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a entidade sujeita à tributação. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de balanço e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja provável.

h. Resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre os ativos dos fundos investidos (incluindo ativos financeiros classificados como valor justo por meio de outros resultados abrangentes), ganhos na alienação de ativos financeiros classificados como valor justo por meio de outros resultados abrangentes, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, rendimentos auferidos na apuração do valor dos ativos financeiros classificados como custo amortizado e reclassificações de ganhos previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem perdas em alienação de ativos classificados como valor justo por meio de outros resultados abrangentes, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros (exceto recebíveis).

3. Gerenciamento de riscos

a. Introdução

A Companhia está exposta aos riscos de crédito, liquidez e mercado, inerentes às suas operações e que podem afetar, em diferentes proporções, seus objetivos estratégicos.

A finalidade desta nota explicativa é apresentar informações sobre estas exposições, bem como as políticas e os processos adotados pela Companhia, no gerenciamento de cada um dos riscos acima mencionados.

Estrutura de gerenciamento de riscos

O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades da Companhia, tendo por finalidade adicionar valor ao negócio à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento de suas atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros, em benefício dos acionistas e das operações da Companhia. Diversos investimentos relacionados ao processo de gerenciamento de riscos são constantemente realizados, especialmente, na capacitação do quadro de colaboradores em todos os níveis hierárquicos. Estas iniciativas têm como objetivo proporcionar o

aperfeiçoamento na eficiência operacional e disseminar o acultramento dos colaboradores, e são, conseqüentemente, convertidas na elevação da qualidade do gerenciamento dos riscos e na garantia do foco necessário a estas atividades, que produzem forte valor agregado a Companhia.

No sentido amplo, o processo de Governança Corporativa representa o conjunto de práticas que tem por finalidade otimizar o desempenho da Companhia e proteger os acionistas, investidores, clientes, colaboradores, fornecedores, etc., bem como agregar valor e contribuir para sua sustentabilidade, envolvendo, principalmente, aspectos voltados à transparência e prestação de contas. Neste contexto, o processo de gerenciamento de riscos é permanentemente exercido e conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de Governança Corporativa que abrange desde a Alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos. Esta estrutura encontra-se alinhada com as melhores práticas de mercado, contando com políticas e estrutura diretiva, estabelecendo regras e normas, provendo recursos humanos e tecnológicos voltados a estas atividades.

b. Risco de crédito

O risco de crédito consiste na possibilidade de ocorrer perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, bem como à desvalorização de contrato decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, e a outros valores relativos ao descumprimento de obrigações da contraparte.

Gerenciamento do risco de crédito

O gerenciamento do risco de crédito é exercido de forma corporativa, envolvendo um conjunto de controles, principalmente, no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação.

Exposição ao risco de crédito

O quadro a seguir apresenta as exposições da Companhia:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Aplicações / Rating.....	AAA (*)	AAA (*)
Valor justo por meio do resultado.....	27.980	99.050
Título de renda fixa privado.....	1.552	15.744
Título de renda fixa público.....	26.428	83.306
Títulos a valor justo por meio de outros resultados abrangentes ..	28.148	-
Título de renda fixa privado.....	28.148	-
Total.....	<u>56.128</u>	<u>99.050</u>

(*) Os títulos públicos classificados nessa coluna referem-se a títulos do tesouro brasileiro (risco soberano).

c. Risco de liquidez

Risco de liquidez é a possibilidade da não existência de recursos financeiros suficientes para que a Companhia honre seus compromissos em razão dos descasamentos entre pagamentos e recebimentos, considerando as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

Gerenciamento do risco de liquidez

O gerenciamento do risco de liquidez é exercido de forma corporativa, envolvendo um conjunto de controles, principalmente, no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação.

Exposição ao risco de liquidez

O quadro a seguir apresenta as exposições da Companhia :

Ativo	fluxo de ativos	fluxo de passivos
Fluxo de 0 a 3 meses	40.206	14.954
Fluxo de 4 a 12 meses.....	-	5
Fluxo de 12 a 60 meses.....	28.148	-
	68.354	14.959

d. Risco de mercado

O risco de mercado é representado pela possibilidade de perda financeira por oscilação de preços e taxas de juros dos instrumentos financeiros da Companhia, uma vez que suas carteiras ativas e passivas podem apresentar descasamentos de prazos, moedas e indexadores.

A Companhia avaliou a composição dos seus instrumentos financeiros e tendo em vista que possui exposição apenas em ativos de renda fixa pós fixados (LF) e operações compromissadas, em carteira ou fundo, consideradas de baixo risco, concluiu que o risco de mercado oriundo destes instrumentos não é representativo.

e. Risco operacional

O risco operacional é representado pela perda resultante de processos internos, pessoas e sistemas inadequados ou falhos e de eventos externos. Essa definição inclui o Risco Legal, mas exclui o Estratégico e o de Imagem.

4. Aplicações

a. Resumo da classificação das aplicações

	2022	%	2021	%
Títulos a valor justo por meio do resultado.....	27.980	49,85%	99.050	100%
Títulos de renda fixa - fundos de investimentos.....	27.980	49,85%	99.050	100%
Títulos a valor justo por meio de outros resultados abrangentes	28.148	50,15%	-	-
Letras financeiras.....	28.148	50,15%	-	-
Total	56.128	100%	99.050	100%

b. Composição das aplicações financeiras por prazo e por título

Apresentamos a seguir a composição das aplicações financeiras por prazo e por título, incluindo os títulos que compõem as carteiras dos fundos de investimentos.

2022							
	1 a 30 dias ou sem vencimento definido	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor contábil/ Valor justo	Valor do investimento atualizado	Ajuste a valor justo
Títulos a valor justo por meio do resultado	1.552	659	1.143	24.626	27.980	27.968	12
Letras financeiras do tesouro	-	659	1.143	24.626	26.428	26.416	12
Notas do tesouro nacional – Op. Compromissadas.....	1.552	-	-	-	1.552	1.552	-
Títulos a valor justo por meio de outros resultados abrangentes	-	-	-	28.148	28.148	28.116	32
Letras financeiras	-	-	-	28.148	28.148	28.116	32
Total	1.552	659	1.143	52.774	56.128	56.084	44

2021							
	1 a 30 dias ou sem vencimento definido	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor contábil/ Valor justo	Valor do investiment o atualizado	Ajuste a valor justo
Títulos a valor justo por meio do resultado	15.744	18.750	8.857	55.699	99.050	99.043	7
Letras financeiras do tesouro	-	18.750	8.857	55.699	83.306	83.299	7
Letras do tesouro nacional – Op. Compromissadas...	15.744	-	-	-	15.744	15.744	-
Total	15.744	18.750	8.857	55.699	99.050	99.043	7

c. Hierarquia do valor justo

- Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos;
- Nível 2: *Inputs*, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3: Premissas, para o ativo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

	2022				2021		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Títulos a valor justo por meio do resultado.....	26.428	1.552	-	27.980	83.306	15.744	99.050
Letras financeiras do tesouro.....	26.428	-	-	26.428	83.306	-	83.306
Letras financeiras do tesouro - Op. Comp.	-	-	-	-	-	15.744	15.744
Notas do Tesouro Nacional - Op. Comp.....	-	1.552	-	1.552	-	-	-
Títulos a valor justo por meio de outros resultados abrangentes	-	-	28.148	28.148	-	-	-
Letras financeiras.....	-	-	28.148	28.148	-	-	-
Total	26.428	1.552	28.148	56.128	83.306	15.744	99.050

d. Movimentação das aplicações financeiras

	<u>2022</u>		
	<u>Títulos a valor justo por meio do resultado</u>	<u>Títulos a valor justo por meio de outros resultados abrangentes</u>	<u>Total</u>
Saldo em 1º janeiro	99.050	-	99.050
(+) Aplicações	37.274	80.000	117.274
(-) Resgates	(111.667)	(61.394)	(173.061)
(+) Rendimentos	3.323	9.510	12.833
(+/-) Ajuste a valor justo	-	32	32
Saldo em 31 de dezembro .	27.980	28.148	56.128

	<u>2021</u>
	<u>Títulos a valor justo por meio do resultado</u>
Saldo em 1º janeiro	74.083
(+) Aplicações	37.027
(-) Resgates	(15.431)
(+) Rendimentos	3.371
(+/-) Ajuste a valor justo	-
Saldo em 31 de dezembro ...	99.050

e. Desempenho e taxas contratadas

A Administração mensura a rentabilidade de seus investimentos utilizando como parâmetro a variação das taxas de rentabilidade dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI). Em 31 de dezembro, o desempenho global dos fundos de investimentos, atingiu 105,73% no acumulado do período, em relação ao referido *benchmark*.

5. Títulos e créditos a receber

Refere-se basicamente a valores a receber oriundos da venda de cartões e serviços de consultoria para empresas ligadas (nota 10) no montante de R\$12.051(R\$ 4.489 em dezembro de 2021).

6. Ativos e passivos fiscais

a. Créditos tributários e previdenciários

	2022			2021		
	Circulante	Não	Total	Circulante	Não	Total
		Circulante			Circulante	
IRRF a compensar.....	2.208	-	2.208	605	-	605
CSLL a compensar.....	22	-	22	36	-	36
PIS/Cofins a compensar.....	82	-	82	131	-	131
Crédito tributário diferido b (i).....	-	826	826	-	656	656
Tributos diferidos b (ii).....	-	(11)	(11)	-	-	-
	2.312	815	3.127	772	656	1.428

b. Origens dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

(i) Movimentação dos créditos tributários e tributos diferidos

	Saldo em	Constituição	Saldo em
	31/12/2021		31/12/2022
Provisão para riscos de créditos.....	656	170	826
Total dos créditos tributários diferidos sobre diferenças temporárias..	656	170	826

	Saldo em	Constituição	Saldo em
	31/12/2020		31/12/2021
Provisão para riscos de créditos.....	664	(8)	656
Total dos créditos tributários diferidos sobre diferenças temporárias..	664	(8)	656

(ii) Movimentação das obrigações fiscais diferidas

Refere-se a constituição de Ajuste de títulos mensurados a valor justo por meio de resultados abrangentes no montante de R\$11.

c. Previsão de realização dos créditos tributários

	Diferenças temporárias		
	Imposto de renda	Contribuição	Total
		social	
2027.....	607	219	826
	607	219	826

O valor presente dos créditos tributários monta a R\$706.

A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

7. Obrigações a pagar

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Dividendos a pagar.....	-	6.658
Outras obrigações.....	25	882
Total	<u>25</u>	<u>7.540</u>

8. Impostos e contribuições

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Imposto de renda.....	11.046	7.521
Contribuição social.....	2.963	2.464
Cofins.....	652	690
Pis.....	138	148
Total	<u>14.799</u>	<u>10.823</u>

9. Patrimônio líquido

a) Capital social e dividendos

O capital social, totalmente subscrito e integralizado é representado por 572.061 (572.061 em 2021) ações escriturais, ordinárias e nominativas, sem valor nominal.

De acordo com as disposições estatutárias, a cada ação corresponde um voto nas Assembleias Gerais, sendo garantido aos acionistas um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos da legislação societária brasileira.

Os dividendos foram calculados conforme se segue:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Lucro líquido do exercício	38.258	28.037
Constituição da reserva legal	(985)	(1.402)
Base de cálculo dos dividendos	<u>37.273</u>	<u>26.635</u>
Dividendos propostos no exercício	-	6.658
Dividendos antecipados	27.000	-
Porcentagem sobre o lucro líquido ajustado de exercício	<u>72,44%</u>	<u>25,00%</u>

b) Atos societários

Em 31 de março de 2022, em Reunião da Diretoria foi deliberado o pagamento de dividendos à Bradesco SegPrev Investimentos Ltda., única acionista da Companhia, no valor de R\$8.000, sendo utilizado do saldo da conta “Reserva de Lucros – Estatutária”.

Em 29 de abril de 2022, em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária foi deliberado um aumento de capital social no montante de R\$ 110, elevando de R\$ 33.000 para R\$ 33.110, sem emissão de novas cotas, mediante a capitalização de parte do saldo da conta de “Reserva de Lucros – Estatutária”.

Em 28 de dezembro de 2022, em Reunião da Diretoria foi deliberado o pagamento de dividendos à Bradesco SegPrev Investimentos Ltda., única acionista da Companhia, no valor de R\$60.000, sendo R\$33.000, mediante a utilização de parte do saldo da conta “Reserva de Lucros – Estatutária”; e R\$27.000 por conta do resultado do exercício em curso.

c) Reserva legal

Constituída, ao final do exercício, na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento do capital social.

d) Reserva estatutária

Constituída por até 100% do lucro líquido remanescente após as deduções legais e a constituição de reserva legal, é efetuada ao final de cada exercício social, até atingir o limite de 95% do capital social, estando sujeita à deliberação em Assembleia Geral.

10. Transações e saldos com partes relacionadas

	Ativo		Passivo	
	2022	2021	2022	2021
Banco Bradesco S.A. (controlador final) (a) (b).....	30.377	17.108	-	-
Bradesco SegPrev Investimentos Ltda. (controladora direta) (c).....	-	-	-	6.659
Odontoprev S.A. (empresa ligada) (b).....	1.278	-	-	861
Swiss RE (empresa ligada) (b)	10.270	3.187	-	-
Total	41.925	20.295	-	7.520

	Receitas		Despesas	
	2022	2021	2022	2021
Odontoprev S.A. (empresa ligada) (d).....	27.372	22.746	-	-
Swiss RE (empresa ligada) (d)	23.382	21.955	-	-
Banco Bradesco S.A. (controlador final) (d) (e).....	10.630	1.284	3	2
Total	61.384	45.984	3	2

- (a) Refere-se a saldo em conta corrente, operações compromissadas.
- (b) Créditos a receber.
- (c) Dividendos a pagar.
- (d) Receitas com prestações de serviços
- (e) Despesas com taxa de custódia e serviços de ações escriturais.

a. Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária são fixados:

O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é distribuída em Reunião da Diretoria, conforme determina o contrato social.

11. Detalhamento das contas de resultado

a. Receita operacional

Refere-se exclusivamente à venda de cartões de empresas ligadas (nota 10) no resultado de R\$51.874 (R\$ 45.984 em dezembro de 2021).

b. Custos operacionais – Comissões

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Despesas com comissões.....	-	(1.910)
Encargos sociais	(3)	(32)
Total.....	<u>(3)</u>	<u>(1.942)</u>

c. Despesas Administrativas

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Despesas com publicações.....	(20)	(24)
Despesas com serviços de terceiros	(22)	(22)
Despesas com donativos e contribuições.....	(40)	(100)
Localização e funcionamento.....	-	(1)
Despesas administrativas diversas.....	(88)	(7)
Total.....	<u>(170)</u>	<u>(154)</u>

d. Despesas com tributos

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Despesas com PIS	(939)	(812)
Despesas com COFINS.....	(4.456)	(3.780)
Despesas com ISS.....	(1.025)	(887)
Outras despesas com tributos.....	(18)	5
Total.....	<u>(6.438)</u>	<u>(5.474)</u>

e. Resultado financeiro**i.- Receitas financeiras**

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Receitas com títulos de renda fixa.....	12.833	3.851
Outras receitas financeiras.....	3	8
Total.....	<u>12.836</u>	<u>3.859</u>

ii. - Despesas financeiras

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Taxa de gestão de fundos.....	(3)	(2)
Outras despesas financeiras - impostos, contribuições e eventuais.....	(14)	(2)
Total.....	<u>(17)</u>	<u>(4)</u>
Total geral.....	<u>12.819</u>	<u>3.855</u>

f. Imposto de renda e contribuição social

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Impostos diferidos		
Constituição (realização) no exercício sobre adições temporária.....	170	(9)
Impostos correntes		
Imposto de renda e contribuição social devidos.....	<u>(19.807)</u>	<u>(14.302)</u>
Imposto de renda e contribuição social devidos.....	<u>(19.637)</u>	<u>(14.311)</u>

12. Reconciliação da alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Resultado antes de impostos e contribuições.....	57.895	42.348
- Adições	-	96
- Exclusões	-	(96)
Lucro tributável	57.895	42.348
- Tributos correntes.....	(19.843)	(14.398)
- Tributos diferidos.....	170	(9)
- Incentivos Fiscais.....	36	96
Imposto de renda e contribuição social no exercício.....	<u>(19.637)</u>	<u>(14.311)</u>
Alíquota efetiva.....	<u>33,92%</u>	<u>33,79%</u>

13. Informações complementares

a. Eventos Subsequentes

Em 08 de fevereiro de 2023, o plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) concluiu o julgamento relativo aos Temas 881 e 885 (decisões posteriores sobre a chamada “coisa julgada”). Aguarda-se a publicação desse acórdão do STF e a referida decisão ainda pode ser objeto de recurso.

A Companhia efetuou suas análises e avaliou que a referida decisão não gera impactos nas demonstrações financeiras de 31/12/2022.

Diretoria

Ivan Luiz Gontijo Júnior

Diretor Presidente

Manoel Antônio Peres

Diretor Geral

Jorge Pohlmann Nasser

Diretor Geral

Ney Ferraz Dias

Diretor Geral

Haydewaldo Roberto Chamberlain da Costa

Diretor Gerente

Américo Pinto Gomes

Diretor Gerente

Gedson Oliveira Santos

Diretor

Regina Castro Simões

Diretora

Vinicius Marinho da Cruz

Diretor

João Batista Zorzete

Contador - CRC 1SP248285/O-9